



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 6ª REGIÃO – PARANÁ – CRECI/PR, Autarquia Federal, instituída nos termos da Lei 6.530 de 12 de maio de 1978, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 76.693.910/0001-69, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 002/2020, de 06 de Janeiro de 2020, atendendo a determinação da Superintendência do CRECI/PR em cumprimento à autorização da Presidência, torna público aos interessados em geral que fará realizar Licitação na modalidade “**PREGÃO ELETRÔNICO**”, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> (*comprasnet*), o qual será processado e julgado em conformidade com as disposições do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, obedecendo, subsidiariamente, os preceitos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste edita, com vistas à **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e centrais de ar condicionado da nova sede do CRECI/PR.**

Modalidade de licitação: pregão eletrônico nº 011/2020

Tipo de licitação: menor preço item

Data e hora da sessão pública: **24 de novembro de 2020, às 09h30min.**

Regime de execução: empreitada por preço global

Locais para obtenção do edital: sítios da internet: www.crecipr.gov.br e

<https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou ainda junto à Sede do CRECI/PR, localizada à Rua General Carneiro, 814 – Centro – CEP.: 80.060-150 – Curitiba – PR.

Local de recebimento das propostas e realização da sessão pública:

Exclusivamente por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

1. DO OBJETO:

- 1.1. Constitui objeto desta licitação a “Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado de expansão direta, instalado na nova sede do CRECI/PR, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I, do edital”.
- 1.2. Havendo qualquer divergência entre as especificações do objeto constante do Sistema *Comprasnet* e as deste edital, prevalecerão às últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO:

- 2.1. A presente licitação é **exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.2. Para a participação neste PREGÃO ELETRÔNICO, a pessoa jurídica interessada, além de dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e



- tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverá:
- a) Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;
 - b) Estar devidamente credenciada no sistema *Comprasnet*, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio na internet <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, para acesso ao sistema eletrônico.
- 2.3. É vedada a participação e, conforme o caso, será desclassificada ou recusada a proposta, ou ainda inabilitada a licitante que:
- a) Esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CRECI/PR ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - b) Esteja impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção;
 - c) For estrangeira e não estar autorizada a funcionar no País, ou consorciada, qualquer que seja a forma de constituição;
 - d) Integre um mesmo grupo econômico, assim entendido aquela que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, todos com vistas à promoção de fraude ou conluio, assim entendido, dentre outras, a intenção de usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, situação esta que desclassificará todas as propostas assim enquadradas;
 - e) O objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto licitado;
 - f) O representante legal ou qualquer integrante da participação societária possua vinculação, direta ou indireta, com o CRECI/PR, a exemplo de servidores, conselheiros e inspetores.
- 2.4. Esta licitação será realizada em sessão pública **on-line**, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.
- 2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.6. O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG atuará como provedor do sistema eletrônico.
- 2.7. O eventual enquadramento como Sociedade Cooperativa, se for o caso, dar-se-á nos termos do art. 34 da Lei n.º 11.488/2007 combinado com o art. 4º da Lei n.º 5.764/1971.



2.8. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) Estar em nome da licitante com um único número de CNPJ. Oportunamente, a licitante poderá apresentar as certidões de regularidade fiscal centralizadas junto à matriz, desde que apresente documento que comprove o reconhecimento da centralização do recolhimento, expedido pelo respectivo emissor, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais;
- b) Essas certidões, para serem aceitas, será necessário que estejam dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão ou entidade expedidora.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá se credenciar no sistema denominado “Comprasnet” por meio do sítio na internet <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, observadas as seguintes premissas:

- a) O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- c) O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;
- d) O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao CRECI/PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL:

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, os interessados em participar desta licitação deverão acessar no sítio em questão, mediante utilização de chave de acesso e senha privativa de licitante, o sistema denominado “Comprasnet”, encaminhando a sua proposta comercial exclusivamente por meio eletrônico, onde conste obrigatoriamente, sob a pena de desclassificação, as informações exigidas pelo sistema nos respectivos campos.

4.2. No valor proposto deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, etc., que eventualmente incidam sobre a



- execução do objeto; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da Licitante Contratada, de forma que o valor seja a única remuneração pela execução do objeto.
- 4.3. Em campo próprio do sistema *Comprasnet*, a licitante deverá declarar que:
- a) Cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
 - b) Inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação;
 - c) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei n.º 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 2002;
 - d) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - e) Atende às regras de acessibilidade previstas na legislação e está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitação da Previdência Social;
 - f) Cumpre a cota de aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT;
 - g) A proposta foi elaborada de forma independente.
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiar do direito de preferência, deverá declarar que atende aos requisitos necessários ao seu enquadramento.
 - ii. A eventual existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem anterior seja firmada por microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicando-se, nesta hipótese, o procedimento previsto na fase de habilitação.
- 4.4. É vedada qualquer forma de identificação prévia da licitante, sob a pena de desclassificação.
- 4.5. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no Sistema *Comprasnet*, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcadas para a abertura da sessão.
- 4.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.7. A proposta terá a validade estabelecida no subitem **9.7**, que, uma vez decorrida sem convocação para contratação, libera a licitante do compromisso assumido.
- 4.8. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, ou ainda pelas sanções e demais prejuízos decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.
- 4.9. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.



- 4.10. Os valores e as demais informações deverão ser apresentados de forma precisa, limitadas ao objeto do Edital e sem conter alternativas de preço ou condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob a pena de desclassificação ou recusa da proposta, conforme o caso.
- 4.10.1. O uso da expressão “*ou similar*” será considerado alternativa.
- 4.11. Os proponentes assumem todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O CRECI/PR não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos, independentemente da condução ou do resultado desta licitação.
- 4.12. Na apresentação da proposta, o que exceder aos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital não será considerado como vantagem para o julgamento final. Por outro lado, em não se preenchendo os requisitos mínimos exigidos, a respectiva proponente será automaticamente desclassificada.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:

- a) No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, considerado o horário oficial de Brasília – DF, o Pregoeiro abrirá a sessão pública *on-line* via *internet*, no sítio da internet <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- b) Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, ou que contiverem qualquer tipo de identificação do seu proponente.
- c) Será, também, motivo de desclassificação da proposta mais onerosa ao CRECI/PR, a apresentação, por uma mesma Licitante, de mais de uma proposta para um mesmo objeto.
- d) A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.
- e) A partir da abertura da sessão pública *on-line* até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes poderá ocorrer somente por meio do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob a pena de desclassificação.

6. DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 6.1. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro e que participarão da fase de lances.
- 6.2. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva.
- 6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- a) O lance deverá ser ofertado pelo valor anual total do item.



- 6.4. A licitante será informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do registro do respectivo valor.
- 6.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **50,00 (Cinquenta reais)**.
- 6.7. Na formulação de lances, deverão ser observados os procedimentos efetuados via sistema, bem como as orientações repassadas pelo Pregoeiro, tudo registrado na respectiva ata.
- 6.8. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o sistema *Comprasnet* identificará, em local próprio, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 34 da Lei n.º 11.488/2007, as microempresas e/ou empresas de pequeno porte participantes.



- 7.2. Para a fruição do direito de preferência, a Licitante deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, pelos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007, se for o caso.
- 7.3. Não havendo propostas a serem preferidas, nos termos dos subitens anteriores, prevalecerá a classificação inicial.
- 7.4. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema fará uma comparação entre a proposta até então primeira colocada e as demais propostas assim enquadradas, na ordem de classificação.
- 7.5. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob a pena de decair do direito de preferência. Para tanto:
- a) A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos pelo sistema.
 - b) Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.
 - c) Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
 - d) Na hipótese de empate, após a fase de lances - inclusive quando houver eventualmente a recusa da primeira classificada - entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da primeira classificada ou da melhor classificada, conforme o caso, o sistema definirá a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência para a oferta de desempate.
 - e) Para a fruição do direito de preferência, a Licitante deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, pelos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007, se for o caso.
- 7.6. Não havendo propostas a serem preferidas, nos termos dos subitens anteriores, prevalecerá a classificação inicial.
- 7.7. Anteriormente a qualquer providência relativa à fase de aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, visando atestar a compatibilidade da licitante com o subitem 2.2, "a", "b" e "f", deste Edital, o Pregoeiro verificará a eventual existência de sanção que impeça a sua participação ou ainda a sua futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:



- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por intermédio do site http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - b) Relação de inidôneos (em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, também conforme o artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992), mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível por meio do endereço eletrônico: <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>;
 - c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, acessível por intermédio do endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>;
 - d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível mediante consulta no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.
 - e) Cadastros de servidores, Conselheiros e Inspectores do CRECI/PR.
- 7.7.1.** Caso o sócio majoritário da licitante não esteja atualizado perante o SICAF, ou ainda não conste o registro do respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF, as comprovações exigidas nas alíneas “a”, “b” e “e” serão efetuadas quando de posse do ato constitutivo da licitante, por ocasião da análise dos documentos de habilitação.
- 7.7.2.** Uma vez constatada a existência de registros que impeçam a participação ou a futura contratação, a respectiva proposta será recusada, sem prejuízo à aplicação da sanção correspondente.
- 7.7.3.** Os registros de ocorrências impeditivas indiretas, obtidos mediante o cruzamento de informações cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), serão avaliados oportunamente pelo Pregoeiro, procedendo-se conforme os subitens **8.4** e seguintes deste Edital.
- 7.7.4.** Os endereços eletrônicos informados poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.
- 7.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.9.** Na fase de aceitação das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o envio de anexos ou declarações por meio do sistema *Comprasnet* (convocação de anexo) ou declaração via *chat* da licitante, relativamente ao último lance



ofertado. Poderá também solicitar, apenas da licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar, o envio da proposta adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do **Anexo II** deste Edital.

- a) Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo da composição do preço.
- b) Não havendo previsão legal para a concessão de prazo superior, a licitante disporá de até 30 (trinta) minutos, prorrogáveis mediante decisão do Pregoeiro e no interesse da Administração, para o envio do(s) anexo(s) solicitado(s).
- c) A não apresentação do(s) anexo(s) solicitado(s) no tempo fixado ou a sua apresentação de modo incompleto ou defeituoso, acarretará a recusa da proposta.
- d) Visando permitir uma rápida visualização, minimizando a possibilidade de falhas na abertura do(s) arquivo(s), é recomendado que seja(m) gerado(s) com a extensão PDF.

7.10. Será recusada a proposta que apresentar valores irrisórios ou equivalentes a zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a serviços, ou a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

- a) Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação ou que não tenha demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos de insumos são coerentes com os de mercado ou praticados por outros órgãos públicos.
- b) Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise das informações relativas à formação do preço, ou, ainda, havendo dúvidas quanto à exequibilidade do preço proposto, dentre outras providências, o pregoeiro poderá efetuar diligências na forma do §3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, a fim de adotar os seguintes procedimentos, conforme o caso:
 - i. Requerer à proponente, fixando o prazo de até 01 (um) dia, para que apresente:
 - I. Justificativas e comprovações de que os custos ofertados com indícios de inexequibilidade são compatíveis com os valores praticados no mercado ou por outros órgãos públicos;
 - II. Planilha de composição de preços, justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - III. Acordos, Convenções ou sentenças normativas em Dissídios Coletivos de Trabalho;
 - IV. Indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de



pesquisa;

V. Contratos que a proponente já mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

VI. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e/ou fabricantes;

VII. Documentos fiscais de objetos adquiridos ou fornecidos pela proponente;

VIII. Soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a execução do objeto.

ii. Promover:

I. Pesquisas junto a órgãos, entidades e empresas públicas, bem como a empresas privadas de modo a obter as informações necessárias à comprovação da exequibilidade do valor proposto;

II. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

III. Pesquisas e Estudos setoriais relativos ao objeto;

IV. O levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

c) Será recusada a proposta da Licitante que, após as diligências, não lograr êxito em justificar a exequibilidade da sua proposta.

7.11. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CRECI/PR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

7.12. A eventual identificação, por parte do Pregoeiro, de erro no preenchimento da proposta ou da eventual planilha de composição de preços, conforme o caso, não constitui motivo para a não aceitação da proposta. A correção poderá ser realizada pelo licitante apenas na hipótese de não haver majoração do preço proposto, no prazo de até 30 (trinta) minutos contados da solicitação do pregoeiro, prorrogáveis no interesse da Administração.

a) Dentre outras formalidades, é considerado erro no preenchimento a indicação incorreta de salários, benefícios, impostos e demais insumos, bem como o recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para as atividades previstas e autorizadas na Lei Complementar n.º 123/2006.

i. A licitante vencedora eventualmente não enquadrada nas atividades previstas e autorizadas na Lei Complementar n.º 123/2006, e optante pelo Simples Nacional, deverá, até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do contrato, apresentar ao CRECI/PR cópia dos ofícios com comprovantes de entrega e recebimento comunicando a assinatura do contrato às respectivas Secretarias de



- Receita Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da referida lei.
- ii. Sem prejuízo na aplicação da respectiva sanção, caso a Licitante Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo e condições indicadas no subitem anterior, o próprio CRECI/PR, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123/06.
 - b) O desatendimento da solicitação para correção da proposta ou da composição de preços, conforme o caso, no prazo estabelecido pelo pregoeiro, provocará a recusa da proposta.
 - c) O preenchimento e a apresentação da proposta e eventual composição de preços é de exclusiva responsabilidade da licitante. Desta forma, a hipótese de o Pregoeiro não identificar eventual erro, por ocasião da aceitação da proposta, não impede que este seja indicado na fase recursal pela licitante interessada, visando sua reavaliação por ocasião do processamento do respectivo recurso.
- 7.13. Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor ser recusado ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda este Edital.
- a) No julgamento das propostas será considerado o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.
- 7.14. Será recusada a proposta com valor global superior ao estabelecido no Capítulo III (DO VALOR ESTIMADO), do Termo de Referência.

8. DA HABILITAÇÃO:

- 8.1. Para habilitação neste pregão eletrônico, a licitante deverá possuir registro cadastral no SICAF, que será confirmado por meio de consulta durante a sessão.
- 8.2. Os seguintes documentos de habilitação serão avaliados:
 - a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, podendo ser substituído pela Certidão Simplificada, emitida pela respectiva Junta Comercial ou Cartório competente, conforme o caso;
 - b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



- c) Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- d) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Municipais do domicílio ou sede da licitante (a comprovação deve abranger os tributos mobiliários e os imobiliários);
- e) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Estaduais do domicílio ou sede da licitante;
- f) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- g) Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeito de negativa), conforme prescreve a Lei n.º 12.440/2011 e o inciso V do art. 29 da Lei n.º 8.666/1993, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio do endereço eletrônico www.tst.jus.br/certidao;
- i) Declaração de que está ciente e concorda com as condições do edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002;
- j) Declaração em que afirme, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação nesta licitação, bem como que está ciente da obrigação de comunicar ocorrências posteriores;
- k) Declaração para fins do disposto no art. 27, V, da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- l) Declaração que a proposta apresentada para a licitação foi elaborada de maneira independente, conforme IN n.º 02/2009 – SLTI;
- m) Declaração que não possui na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;
- n) Declaração que cumpre a cota de aprendizagem, conforme estabelecido no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- o) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor competente de onde se encontra instalada a licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- p) Certidão de Registro da PESSOA JURÍDICA que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da Unidade da Federação do domicílio ou sede da licitante, observado que:



- i.** Caso a referida certidão não comprove o REGISTRO da licitante no CREA do Paraná, após confirmar o atendimento de todas as demais exigências para a sua habilitação, o Pregoeiro:
 - I.** Fixará o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a licitante que ofertou o melhor lance, apresente a Certidão de Registro da PESSOA JURÍDICA que a habilite a exercer as atividades do objeto licitado, agora na jurisdição do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA - PR);
 - II.** Suspenderá a sessão eletrônica, fixando data e hora para reabertura.
 - ii.** A licitante que não possuir registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná deverá diligenciar previamente, qual a forma mais adequada de atendimento dos requisitos necessários para tanto, sendo de sua inteira responsabilidade a escolha do meio apropriado mais célere, inclusive em consideração aos prazos de atendimento do Setor competente do próprio CREA-PR.
 - iii.** O prazo para a apresentação da Certidão de Registro da pessoa jurídica emitida pelo CRECI/PR poderá ser prorrogado mediante requerimento instruído, por meio do qual a interessada comprove que tomou as providências necessárias à obtenção da exigência em tempo oportuno.
 - iv.** Na hipótese de não ser apresentada, no prazo estabelecido, a Certidão de Registro da PESSOA JURÍDICA emitida pelo CRECI/PR, a licitante será inabilitada e o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação do certame.
- q)** Tratando-se de sociedade cooperativa, serão exigidos ainda para efeito de qualificação:
- i.** Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei n.º 5.764, de 1971;
 - ii.** Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
 - iii.** Registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
 - iv.** Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971;
 - v.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - I.** Ata de fundação;
 - II.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;



- III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
 - IV. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- r) Caso tenha declarado no sistema, no momento do cadastramento da proposta, não ter ultrapassado o limite de faturamento e cumprir os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, será exigida ainda a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que deverá ser efetuada, conforme o caso, mediante apresentação da comunicação do registro na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, por Certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte expedida pelo órgão de registro competente, tudo conforme art. 4º do Decreto n.º 3.474/2000 e art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.
- s) As comprovações exigidas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, serão obtidas junto aos respectivos endereços eletrônicos apenas na hipótese de não constarem do cadastro da licitante junto ao SICAF.
- t) As declarações constantes das alíneas “i”, “j”, “k”, “l”, “m” e “n” estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> para envio e consulta, sendo válidas, para todos os efeitos, as declarações efetuadas diretamente no referido sistema.
- 8.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá possuir todas as informações relativas à regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, assim também considerada aquela que estiver vencida.
- 8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 8.5. Verificada a existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:
- 8.6. Emitirá mensagem declarando a Licitante vencedora, fixando o prazo para a regularização da documentação, ou parcelamento do débito e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa; e,
- I. Suspenderá a sessão do pregão, fixando data e hora para reabertura.
 - II. Poderá a Licitante interessada solicitar prorrogação do prazo fixado no subitem a, por igual período, mediante mensagem fundamentada enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail: licitacoes@crecipr.gov.br dentro do prazo inicialmente concedido.



- 8.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, sendo facultado ao CRECI/PR convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.8. Verificada a existência de ocorrências impeditivas indiretas em nome da licitante melhor classificada, e estando regular toda a sua documentação de habilitação, antes de declará-la habilitada, o Pregoeiro interromperá a sessão para que, no prazo de 03 (três) dias, a licitante apresente seus esclarecimentos, indicando, ato contínuo, o dia e o horário da reabertura da sessão.
- 8.9. Reaberta a sessão e constatado o atendimento à convocação, o Pregoeiro interromperá novamente o curso do certame de modo a permitir a análise das razões apresentadas, determinando nova data e hora para reabertura da sessão, se for o caso.
- i. A licitante deverá anexar seus esclarecimentos e tantos documentos comprobatórios quantos julgar necessários. Recomenda-se, para tanto, que a licitante utilize um programa de compactação de arquivos, de maneira que seja anexado ao Sistema *Comprasnet* um único arquivo eletrônico.
- b) A licitante será declarada habilitada caso comprove, de maneira inequívoca, ao caso concreto, a inaplicabilidade do Acórdão n.º 2.115/2015 – TCU – Plenário.
- 8.10. Caso a licitante possua determinação judicial que a isente da obrigação, deverá apresentá-la em substituição.
- 8.11. Não serão aceitos ou considerados protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.
- 8.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
- 8.13. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, deverão ser apresentados *consularizados* ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.14. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital, sem prejuízo das demais sanções nele previstas, será inabilitada.
- 8.15. Sob a pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e respectivo endereço.
- 8.16. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.17. Aplicam-se, no que couber ao julgamento da habilitação, os procedimentos descritos nos subitens **7.9** e **7.13** deste Edital.



- 8.18. Não atendidas todas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o Pregoeiro inabilitará a licitante classificada em primeiro lugar e, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, no Decreto n.º 5.450/2005 e no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos solicitados pelo Pregoeiro via chat, deverão ser enviados via sistema *Comprasnet* (convocação de anexo), ou ainda, se houver problemas por intermédio do sistema, poderá enviar por *e-mail*: licitacoes@crecipr.gov.br, devendo ainda ser considerado que:
- a) O envio deverá ser realizado no prazo máximo de 02 (duas) horas.
 - b) O prazo indicado na alínea anterior será contado a partir da solicitação, podendo ser prorrogado por decisão do Pregoeiro, no interesse da Administração.
 - c) A proposta comercial vencedora deve ser encaminhada conforme modelo constante do **Anexo II** deste Edital, podendo haver variações desde que não prejudiquem o conteúdo e o entendimento da proposta.
 - d) Exclusivamente, na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte possuir alguma restrição relativa à regularidade fiscal, com vistas ao pleno atendimento da Lei Complementar n.º 123/06 quanto à obrigatoriedade de apresentar toda a documentação exigida, considerar-se-á, para todos os efeitos, as informações constantes do SICAF.
 - e) Visando permitir uma rápida visualização, minimizando a possibilidade de falhas na abertura do arquivo, é recomendado que seja gerado com a extensão PDF.
 - f) Na hipótese da licitante que estiver em primeiro lugar ser Sociedade Cooperativa, deverá apresentar juntamente com a proposta, sob a pena da sua recusa, o modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes do art. 10 da Instrução Normativa n.º 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 9.2. Dentro dos prazos estabelecidos pelo Pregoeiro poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante ou mediante nova solicitação do Pregoeiro, tantos quantos forem os documentos complementares afetos à sua proposta ou documentação de habilitação.
- 9.3. Transcorrido o prazo sem que tenha sido eventualmente prorrogado, não será considerado, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da proposta, documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria/poderia ter sido remetido tempestivamente, sendo realizado, pelo Pregoeiro, se for o caso, o registro da desclassificação ou inabilitação, e a convocação da próxima Licitante.



- 9.4. A Licitante é a única responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo Sistema, dispondo a Licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram a sua visualização, leitura e/ou impressão.
- 9.5. O não envio dos documentos, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, visualização, leitura ou compatibilidade, ensejará a recusa da proposta ou a inabilitação da Licitante, conforme o caso.
- 9.6. Na eventualidade dos documentos solicitados por meio de convocação de anexo não serem enviados por meio do sistema *Comprasnet*, visando permitir a análise e vista dos demais licitantes, o CRECI/PR os publicará no seu sítio na internet, no endereço <http://www.crecipr.gov.br/index.php/news/editais> opções: "sociedade", "licitações em andamento" (campo "complementos" do respectivo edital).
- 9.7. A proposta comercial a ser enviada nos termos previstos neste subitem e conforme anexo deste Edital, deverá conter a identificação do proponente e as seguintes informações:
- a) Razão Social;
 - b) CNPJ;
 - c) Endereço completo, inclusive com o CEP;
 - d) Números de telefone, e-mail e *homepage* (se existente);
 - e) Dados da pessoa de contato (nome, RG, CPF, telefones fixo e móvel, e-mail);
 - f) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);
 - g) Dados do responsável legal que assinaria o contrato (nome, e-mail, RG e CPF);
 - h) Identificação do objeto;
 - i) Preços unitário e total (global);
 - j) Prazo de execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência;
 - k) Declaração informando o profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que será designado como responsável técnico dos serviços constantes do objeto desta licitação - que poderá integrar o Corpo Técnico da Licitante ou ser contratado para tal finalidade nos termos da legislação vigente. Tal declaração deverá conter o nome completo do profissional e o número de inscrição no respectivo CREA, devendo estar habilitado como engenheiro mecânico;
 - l) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data- limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 6º da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo do efeito suspensivo previsto no art. 109, §2º, da Lei n.º 8.666/1993.



- 10.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir o recurso interposto contra sua decisão e, caso não a reconsidere, fazê-lo subir à Autoridade Superior a quem caberá a decisão final, tudo no prazo de até 15(quinze) dias.
- 10.6. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. Havendo a necessidade de reabertura da sessão, esta será comunicada com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por intermédio do Sistema *Comprasnet*.
- 10.7. As informações necessárias à formulação das razões e contrarrazões constarão do sistema *Comprasnet* e/ou do sítio do CRECI/PR na internet, no endereço <http://www.crecipr.gov.br/index.php/news/editais> . Na hipótese de serem julgadas necessárias informações complementares pela licitante interessada, os autos do processo licitatório poderão ser solicitados ao Setor de Licitações e Contratos, em dias úteis, das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, no endereço indicado no preâmbulo, ou ainda pelo e-mail: licitacoes@crecipr.gov.br
- 10.8. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

11. DA ADJUDICAÇÃO.

- 11.1. Atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério do menor preço, a licitante mais bem classificada será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 11.2. A eficácia constitutiva da adjudicação decorrerá do ato de homologação desta licitação a ser praticado pela autoridade competente.

12. DA CONTRATAÇÃO E DAS GARANTIAS.

- 12.1. As obrigações desta licitação a serem firmadas entre o CRECI/PR e a Licitante Contratada, serão formalizadas por meio de **Contrato**, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e na legislação vigente.
- 12.2. O CRECI/PR convocará formalmente a Proponente Adjudicatária para assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação. Para tanto:
 - a) Enviará o Contrato por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ao endereço de e-mail da Proponente Adjudicatária, em atenção ao representante legal, ambos informados na respectiva proposta comercial;
 - b) O Contrato e eventuais documentos que devam seguir anexos deverão ser devolvidos pelo convocado, assinados eletronicamente, no prazo máximo estabelecido, contados da data do envio do e-mail de convocação;
 - c) Poderá ser acrescentada ao Contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela Proponente Adjudicatária em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
 - d) As providências relativas ao cadastro da Proponente Adjudicatária, para



os registros do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devem ser tomadas tão logo o certame seja homologado. Para tanto, a proponente Adjudicatária deverá efetuar as ações requeridas, no prazo de até 03(três) dias úteis, nos termos das comunicações eletrônicas encaminhadas previamente.

- 12.3. Os prazos estipulados no subitem anterior poderão ser prorrogados uma vez por igual período, quando formalmente solicitado pela Proponente Adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pelo CRECI/PR.
- 12.4. O CRECI/PR poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar esta licitação, a seu critério.
- 12.5. Além do procedimento previsto no subitem anterior, o não atendimento da convocação no prazo estabelecido sujeitará a Proponente Adjudicatária à multa e demais sanções cumuladas previstas neste instrumento.
- 12.6. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto.

13. DOS ENCARGOS DO CRECI/PR E DA LICITANTE VENCEDORA.

- 13.1. As obrigações desta licitação, firmadas entre o CRECI/PR e a Licitante Contratada, decorrem a partir da homologação desta licitação, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, inclusive no Termo de Referência, minuta do Contrato, e ainda na legislação vigente.
- 13.2. Caberão à Licitante vencedora e ao CRECI/PR as responsabilidades constantes do Termo de Referência e consequente Contrato, ambos anexos a este Edital.

14. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO.

- 14.1. O objeto deverá ser executado pela Licitante Contratada, ocasião em que o respectivo Documento Fiscal deverá ser emitido, no prazo, local, quantidades e demais especificações constantes do Termo de Referência e respectivo Contrato.
- 14.2. O recebimento do objeto observará o procedimento previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

15. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

- 15.1. No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- 15.2. A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.
- 15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS.



- 16.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis durante a execução do objeto desta licitação, nos termos das condições estipuladas na minuta do Contrato, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea "d", e/ou do §8º, da Lei n.º 8.666/93.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

- 17.1. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, o CRECI/PR designará um servidor como fiscal, cuja atuação se dará no interesse exclusivo da Administração, conforme Termo de Referência e minuta do Contrato anexa a este Edital.
- 17.2. O acompanhamento e fiscalização de que trata este item serão exercidos no interesse exclusivo do CRECI/PR e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da Licitante Contratada, inclusive perante terceiros.

18. DA MORA.

- 18.1. O atraso na execução do objeto, sem justificativa formal aceita pelo CRECI/PR, constitui a Licitante Contratada em mora, sujeitando-a a multa prevista no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CRECI/PR, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento do Documento Fiscal, serão calculados por meio da aplicação da fórmula constante da minuta contratual anexa a este Edital.

19. DAS SANÇÕES.

- 19.1. O inadimplemento total ou parcial sujeitará a licitante às multas e demais penalidades previstas no Termo de Referência e respectivo Contrato.
- 19.2. Sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante estará sujeita às seguintes sanções, que serão aplicadas cumulativamente de acordo com a respectiva base de cálculo, tipificação e parâmetros:

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor global da proposta para o item)	Impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF	
		Mínimo	Máximo
01	05 %	01 mês	02 anos
02	10 %	03 meses	03 anos
03	20 %	06 meses	05 anos

TABELA 2			
-----------------	--	--	--



Item	Tipificação	Grau da Infração (incidente por ocorrência)
01	Deixar de enviar ou enviar em desacordo com o Edital, após a convocação do Pregoeiro, a proposta comercial e/ou a documentação exigida para a sua classificação ou habilitação.	02
02	Apresentar documentação e/ou informação falsa.	03
03	Retardar a execução do certame por conduta reprovável ou cometer atos protelatórios durante os procedimentos licitatórios, com intuito de adiamento dos prazos da licitação.	01
04	Não manter a proposta, assim entendido como sendo o comportamento que implique em desistência desmotivada da última proposta ofertada na fase de lances do certame, ou da proposta escrita após a adjudicação.	02
05	Comportar-se de modo inidôneo.	03
06	Cometer fraude fiscal.	03
07	Não celebrar o contrato no prazo de convocação.	03
08	Interpor recursos sem motivação fundamentada, ou com motivação descabida, ou ainda com motivação genérica.	01
09	Não comprovar a regularidade fiscal, no prazo fixado no subitem 8.3.1 deste Edital.	01
10	Não atender, ou atender com falha, a convocação para apresentar o registro no CRECI/PR, nos termos do subitem 8.2 , "p", deste Edital.	02

19.3. Considera-se "comportamento inidôneo", entre outros, apresentar declaração falsa quanto:

- a) Ao atendimento das condições e/ou requisitos para participação no certame;
- b) À sua capacitação;
- c) Ao enquadramento como ME/EPP;
- d) Ao enquadramento para efeito da legislação que estipula eventuais preferências;
- e) À independência de sua proposta ou o conluio entre licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- f) Ao objeto ofertado quando constatadas, na fase de aceitação da proposta, divergências com as especificações do edital.
- g) Após a abertura da sessão pública não poderá haver desistência da proposta ofertada, salvo em casos excepcionais, encerrada a fase de lances, para os quais haja comprovação inequívoca de ocorrência de fato superveniente, ficando a critério do CRECI/PR, na pessoa do Pregoeiro, aceitar ou não as razões apresentadas, motivando devidamente sua decisão no sistema eletrônico de troca de mensagens (*chat*).
- i. Não serão aceitos pedidos de desistência para os casos de formulação incorreta da proposta, desde que considerada exequível pelo Pregoeiro ou por técnicos por ele demandados, se for o caso.



- h) A licitante que não atender à convocação feita pelo Pregoeiro será considerada DESISTENTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui previstas.
- 19.4. Constatada(s) a(s) conduta(s) indicada(s) no subitem **19.3**, será instaurado o competente processo administrativo para apuração da(s) responsabilidade(s), estando a licitante sujeita à aplicação das respectivas sanções.
- 19.5. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de penalidade, a licitante será notificada a apresentar defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 19.6. Decorrido o prazo recursal e uma vez aplicada a multa, será concedido à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o seu pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do CRECI/PR, podendo ainda ser procedida à cobrança judicial.
- 19.7. As multas e as demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro da licitante junto ao SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

20. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS.

- 20.1. A impugnação a este Edital poderá ser interposta por qualquer pessoa, física ou jurídica, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão, por *e-mail*, para o endereço eletrônico licitacoes@crecipr.gov.br. Serão consideradas a data e hora de recebimento indicados no *e-mail*, do CRECI/PR.
- 20.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e/ou seus anexos, decidirá sobre a impugnação.
- 20.3. Acolhida a impugnação deste Edital, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso.
- 20.4. Esclarecimentos relativos a esta licitação, inclusive técnicas, deverão ser solicitados ao Setor de Licitações e Contratos, no endereço indicado no preâmbulo, por meio do telefone (41)98733-5962, ou ainda, por intermédio do *e-mail* licitacoes@crecipr.gov.br com antecedência de no mínimo 03 (três) dias úteis à data marcada para a abertura da licitação.
- 20.5. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações do CRECI/PR decorrentes desta licitação, serão feitas, conforme o caso, pessoalmente, publicadas no Diário Oficial da União ou no site do CRECI/PR, ou ainda, encaminhadas por *e-mail*, para o número ou endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação ou proposta apresentada. Considerar-se-á recebida pela destinatária, para todos os efeitos legais, a data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.
- 20.6. A decisão quanto à impugnação, resposta a questionamentos ou avisos em geral dar-se-á, por intermédio do sistema *Comprasnet*, exceto quando disser



respeito à questão individual, situação em que a resposta será encaminhada diretamente ao interessado.

- 20.7. As informações complementares, esclarecimentos de dúvidas ou impugnações relativas a esta licitação, bem como as respectivas decisões e/ou respostas e todas as demais informações relativas à licitação, constarão dos autos e estarão à disposição de todos os interessados no Setor de Licitações e Contratos do CRECI/PR.
- 20.8. Não serão conhecidos a impugnação ou o pedido de esclarecimento se vencidos os respectivos prazos.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 21.1. Este Edital estará à disposição dos interessados nos locais indicados no preâmbulo.
- 21.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 21.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão exclusivamente da ata divulgada no sistema eletrônico.
- 21.4. Aplicam-se a esta licitação, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990
- Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.
- 21.5. O CRECI/PR reserva-se ao direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando a empresa recusada ou inabilitada às penalidades legais cabíveis.
- 21.6. Ao CRECI/PR é reservado o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 21.7. Até a data da convocação para assinatura do Contrato, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o CRECI/PR tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica, administrativa, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
- 21.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.
- 21.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação



- do Pregoeiro em contrário.
- 21.10. É facultado ao Pregoeiro e/ou à autoridade competente:
- a) Promover diligência, em qualquer fase do Pregão, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
 - b) Solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas e/ou julgar necessário para a eficiente elucidação de eventuais questionamentos;
 - c) Dirimir no ato, quaisquer controvérsias fúteis e improcedentes, que bem indiquem a intenção dos seus autores de impedir, fraudar ou perturbar os atos licitatórios;
 - d) Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação;
 - e) Convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;
 - f) Desclassificar as propostas e/ou inabilitar os licitantes que não atenderem às exigências contidas neste Edital.
- 21.11. A apresentação da proposta na licitação fará prova de que a proponente:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos deste Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve do CRECI/PR as informações necessárias antes de apresentá-la;
 - b) Conhece todas as especificações e condições para a execução do objeto;
 - c) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 21.12. Reserva-se ainda, ao CRECI/PR, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a Licitante Contratada terá direito a receber pela execução do objeto efetivamente executado até a paralisação.
- 21.13. Integram este Edital os seguintes anexos:
- a) Anexo I – Termo de Referência;
 - b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
 - c) Anexo III – Minuta do Contrato.
- 21.14. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná.



Curitiba, 10 de novembro de 2020.

ORIGINAL ASSINADO

MARCELO MIRANDA
PREGOEIRO

O presente Edital foi examinado e aprovado por esta
Procuradoria Jurídica, que auxiliou na sua elaboração.

Data supra.

(Assinado no original)

Antonio Linares Filho
Procurador Jurídico-OAB/PR 15.427



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

- 1.1.** Constitui objeto desta licitação a “Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado de expansão direta, instalado na nova sede do CRECI/PR, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I, do edital”.
- 1.2.** Havendo qualquer divergência entre as especificações do objeto constante do Sistema *Comprasnet* e as deste edital, prevalecerão às últimas.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E QUANTIDADES DO OBJETO.

- 2.1.** Item 01 - Único: Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos instalados na nova sede do CRECI/PR na cidade de CURITIBA-PR.
- 2.2.** Endereço em que estão instalados os equipamentos para manutenção: Rua General Carneiro, nº 814 - Centro, CEP 80.060-150 – Curitiba/PR.
- 2.3.** Equipamentos: O sistema instalado na nova sede do CRECI/PR é de expansão direta, com a utilização de equipamentos com volume de refrigerante variável – VRF, para controle de capacidade, possuindo ciclo reverso para aquecimento, constituído de unidades condensadoras, situadas em área externa ou cobertura, dotada de boa ventilação natural, interligadas às unidades evaporadoras, dos tipos cassette e dutado de alta pressão, através de tubulações de cobre.
- a)** A alimentação de energia dos condensadores é de 220V/3F/60Hz e dos evaporadores é de 220V/1F/60Hz é independente;
- b)** O gás refrigerante utilizado é o R410A, que não agride a camada de ozônio e atende as mais exigentes normas de proteção ao meio ambiente;
- c)** Para o ambiente de T.I. do CRECI/PR, foi instalado 2 (dois) sistemas de Split individuais do tipo “hi wall”, com alimentação elétrica feita através da unidade externa em 220V/2F/60Hz. Para estes sistemas, o gás refrigerante também deverá ser o R410A;
- d)** Relação dos equipamentos da Marca – LG:

AR CONDICIONADO – MARCA LG		Unidad e	Quantidad e
TÉRREO	Unidade Externa VRV Inverter - 26 HP	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 12.600 Btu/h	PÇ	03
	Unidade Interna VRV Tipo Piso Teto - 39.600 Btu/h	PÇ	03
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 24.900 Btu/h	PÇ	03
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Externa Split - 12.000 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna tipo Hiwall Split - 12.000 Btu/h	PÇ	02
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 210m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01



	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 310m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 320m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 340m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 435m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
2º E 3º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 580m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 855m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	02
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 740m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 830m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	02
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 1.050m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 1.720m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Unidade Externa VRV Inverter - 20 HP	PÇ	02
	Unidade Externa VRV Inverter - 22 HP	PÇ	02
	Unidade Externa VRV Inverter - 28 HP	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Duto Média Pressão - 49.500 Btu/h	PÇ	04
	Unidade Interna VRV Tipo Duto Média Pressão - 57.000 Btu/h	PÇ	05
	Unidade Interna VRV Tipo Duto Alta Pressão - 98.300 Btu/h	PÇ	01
4º E 5º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 760m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 835m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 7.800 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 9.900 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 12.600 Btu/h	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 16.000 Btu/h	PÇ	06
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 19.800 Btu/h	PÇ	05
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	03
Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 49.500 Btu/h	PÇ	02	



6º E 7º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 465m ³ /h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	01
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 810m ³ /h com caixa de filtragem F5 e Gveneziana	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 9.900 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 16.000 Btu/h	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 24.900 Btu/h	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Piso Teto - 24.900 Btu/h	PÇ	04
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 19.800 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 24.900 Btu/h	PÇ	01
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	01
	Unidade Externa Split - 42.000 Btu/h	PÇ	02
	Unidade Interna tipo Cassete Split - 42.000 Btu/h	PÇ	02

- 2.4.** A execução do objeto incluirá a manutenção de equipamentos e centrais de ar condicionado, e ainda os dutos de distribuição.
- 2.5.** Os serviços a serem prestados compreenderão a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.
- a)** A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.
 - b)** A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos com o conserto e reparação dos equipamentos e seus sistemas, inclusive substituições necessárias de partes ou peças com defeitos ou gastas pelo uso regular.
- 2.6.** Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos nos respectivos Planos de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, mediante 01 (uma) visita mensal obrigatória.
- a)** O PMOC global deve ser elaborado pela Contratada e apresentado à fiscalização antes do início da execução dos serviços.
 - b)** O PMOC de rotina e os relatórios mensais devem ser assinados pelo responsável técnico antes de seu encaminhamento à fiscalização.
- 2.7.** Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados, preferencialmente, na primeira quinzena de cada mês, em até três dias úteis, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no horário das 9h00min às 17h00min, mediante agendamento prévio. O agendamento visa garantir que haverá funcionário do CRECI/PR no local para atendimento à equipe técnica.
- 2.8.** A Licitante Contratada deverá atender todas as chamadas de emergência que se fizerem necessárias durante o horário comercial, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas da solicitação.
- 2.9.** Deve ser elaborado pela Licitante Contratada o laudo de análise da qualidade do ar, com periodicidade anual, considerando o mínimo de cinco pontos de coletas na



Sede.

- 2.10.** Os serviços prestados deverão ser executados em conformidade com a **Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.523, de 28 de agosto de 1998; Resolução – RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;** norma ABNT NBR 16401:2008 (Instalações de ar condicionado – sistemas centrais e unitários parte 03: qualidade do ar interior); norma ABNT NBR 14679:2012 (Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de serviços de higienização); norma ABNT NBR 13971:2014 (Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – manutenção programada); e prescrições e recomendações dos fabricantes, nos quais deverão estar inclusos os seguintes **serviços mensais mínimos**:

Item	CONDICIONADORES VRF
	Identif. conjunto/componente/atividade
1	Ventiladores
1.1	Verificar e corrigir limpeza (carcaça e rotor) e fixação do conjunto.
1.2	Verificar e corrigir vibrações, ruídos anormais e aquecimento anormal dos mancais.
1.3	Limpar sistema de drenagem.
1.4	Verificar e corrigir o estado de amortecedores de vibração.
2	Motores Elétricos
2.1	Verificar e corrigir a fixação e a existência de sujeiras, danos e corrosão.
2.2	Verificar e corrigir vibrações e ruídos anormais.
3	Filtros Secos
3.1	Verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão
3.2	Verificar e corrigir frestas dos filtros.
3.3	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura.
3.4	Limpar o elemento filtrante trocando se necessário.
4	Gabinete
4.1	Verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão.
4.2	Verificar e corrigir a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.
4.3	Verificar e corrigir o estado de conservação do isolamento termo-acústico.
5	Evaporadores (Refrigerante / Ar)
5.1	Verificar e corrigir sujeiras, danos e corrosão na moldura da serpentina e na bandeja. Lavar a bandeja e serpentina com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos.
5.2	Verificar e corrigir a existência de agentes que prejudiquem a troca de calor
5.3	Limpar as superfícies do lado ar.
5.4	Verificar e corrigir a operação de drenagem de água da bandeja.
5.5	Verificar e corrigir a existência de vazamentos internos e externos
6	Condensadores (ar)
6.1	Verificar e corrigir a existência de agentes prejudiciais a troca térmica
6.2	Limpar as superfícies de troca de calor.
6.3	Verificar e corrigir o fluxo de ar.
6.4	Verificar e corrigir vazamentos internos e externos
7	Compressores
7.1	Verificar e corrigir a existência de sujeiras, danos e corrosão.
7.2	Verificar e corrigir a fixação e a existência de vibrações ou ruídos anormais.
7.3	Verificar e corrigir o aterramento.
7.4	Verificar e corrigir o funcionamento das válvulas de serviço.
7.5	Verificar e corrigir o funcionamento dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta, baixa, óleo).
8	Circuito Refrigerante
8.1	Verificar e corrigir a fixação, danos e a corrosão nas tubulações.
8.2	Verificar e corrigir a existência de danos no isolamento térmico.
8.3	Verificar e corrigir a existência de danos nos compensadores de vibração.
8.4	Verificar e corrigir queda de pressão no filtro secador.
8.5	Verificar e corrigir vazamento de gás.
9	Painéis Elétricos e Eletrônicos
9.1	Verificar a instalação quanto as suas condições, existências de sujeiras, danos e corrosão.
9.2	Limpar os elementos e eliminar os pontos de corrosão.



CONDICIONADORES VRF	
Item	Identif. conjunto/componente/atividade
9.3	Verificar e corrigir o funcionamento e fixação dos componentes eletromecânicos (fusíveis, botoeiras, lâmpadas de sinalização, contatos de contadoras, capacitores), terminais, conexões, cabos, barramentos, sistema de aterramento, reapertando.
9.4	Verificar e corrigir a atuação do sistema de partida e intertravamentos
9.5	Verificar e corrigir, regulando os elementos de proteção (relês), operação e controle, conforme as condições de referências.
9.6	Verificar e corrigir o funcionamento dos alarmes visuais e sonoros, e operação no modo manual, automático e remoto.
9.7	Medir e registrar tensão
9.8	Medir e registrar corrente

- 2.11.** A limpeza robotizada (interna e externa) e desinfecção (interna) de todos os dutos de ar condicionado das centrais devem ser realizadas anualmente pela Licitante Contratada.
- 2.12.** No caso de necessidade de retirada do equipamento para a realização da manutenção, a Licitante Contratada deverá passar orçamento prévio das intervenções necessárias (incluindo os serviços da área civil, como por exemplo, substituição de forro de gesso, etc).
- 2.13.** Após a realização de cada serviço, a Licitante Contratada deverá elaborar e entregar ao CRECI/PR **os relatórios técnicos dos equipamentos inspecionados, por meio do preenchimento do PMOC de cada aparelho**, detalhando o estado operacional de cada equipamento e, se necessário, fornecerá orientação técnica em linguagem clara e de fácil compreensão.
- 2.14.** A Licitante Contratada deverá executar o objeto por meio de pessoal técnico devidamente qualificado, uniformizado e identificado.
- 2.15.** A Licitante Contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes e equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a execução do objeto.
- 2.16.** A Licitante Contratada deverá disponibilizar o material de consumo e limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos.
- 2.17.** A Licitante Contratada também deverá fornecer, sem custos adicionais, o seguinte material de reposição: **fusíveis, relês de proteção, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gases refrigerantes, tubos isolantes blindados, fita PVC para acabamento, filtros e circuitos de controle de temperatura e pilhas**. Desse modo, a Licitante Contratada deverá considerar na sua proposta de preço os correspondentes custos.
- 2.18.** Quando houver a necessidade de substituição de peças fornecidas à parte, **será necessário o envio de orçamento para prévia autorização do CRECI/PR**. **Não serão aceitas peças usadas e/ou recondicionadas, ou seja, as peças deverão ser novas e genuínas**. As peças usadas deverão ter o descarte adequado.
- 2.19.** São responsabilidades da Licitante Adjudicatária, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:
- Cumprir a legislação e as normas técnicas, inclusive da ABNT, inerentes à execução do objeto e a sua atividade;
 - Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a



- pena de aplicação das sanções previstas;
- c) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
 - d) Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avençadas, exceto se houver concordância formal e expressa do contratante;
 - e) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CRECI/PR em no máximo 02 (dois) dias úteis contados da solicitação. Obriga-se, também, a se manifestar sobre as reclamações apresentadas, atendendo-as corretamente;
 - f) Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
 - g) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
 - h) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - i) Substituir, sempre que exigido pelo CRECI/PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
 - j) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
 - k) Assumir:
 - i. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
 - ii. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CRECI/PR;
 - iii. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CRECI/PR;
 - iv. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - v. Todos os eventuais danos causados diretamente ao CRECI/PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;
 - vi. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições



constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do CRECI/PR;

- vii.** Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CRECI/PR isento de qualquer vínculo empregatício.
 - viii.** Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao CRECI/PR e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.
- l)** Indicar e manter o seu representante junto ao CRECI/PR, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
 - m)** Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CRECI/PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
 - n)** Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CRECI/PR, apresentando cópia à fiscalização deste instrumento;
 - o)** Não contratar para atuar na execução do objeto servidor pertencente ao quadro de pessoal do CRECI/PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
 - p)** Manter atualizado o banco de dados dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do CRECI/PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;
 - q)** Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CRECI/PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
 - r)** Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;
 - s)** Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para a o CRECI/PR;
 - t)** Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do CRECI/PR;



- u)** Comunicar ao Fiscal do Contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do CRECI/PR;
- v)** Não utilizar o nome e/ou logomarca do CRECI/PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
- w)** Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do CRECI/PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
- x)** Racionalizar, para os casos possíveis, o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações;
- y)** Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo CRECI/PR, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
- z)** Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto;
- aa)** Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções, bem como mantê-los devidamente uniformizados e identificados por crachás quando exercendo atividades nas dependências do CRECI/PR;
- bb)** Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao CRECI/PR eventuais anormalidades;
- cc)** Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao CRECI/PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
- dd)** Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CRECI/PR por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao CRECI/PR se reserva ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo na aplicação de eventuais penalidades;
- ee)** Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados quando em serviço nas instalações do CRECI/PR, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
- ff)** Comprovar o(s) registro(s) do(s) respectivo(s) documento(s) de responsabilidade técnica, bem como informar imediatamente o CRECI/PR na hipótese de alteração do seu responsável técnico indicado;
- gg)** Manter o seu registro regular, bem como de um responsável técnico habilitado perante o CRECI/PR;
- hh)** Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não



expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

- 2.20.** Quanto à execução do objeto, são responsabilidades do CRECI/PR:
- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
 - b) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização;
 - c) Notificar a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, se for o caso;
 - d) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados;
 - e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas;
 - f) Efetuar os pagamentos após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos;
 - g) Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas;
 - h) Permitir o livre acesso dos empregados da Licitante Contratada às suas dependências para execução dos serviços.

3. DO VALOR ESTIMADO.

3.1. O valor global máximo estimado no período de 12 (doze) meses para a execução do objeto, descrito neste Termo de Referência é de:

- a) **ITEM 01: Valor total anual de R\$ 62.780,00 (sessenta e dois mil, setecentos e oitenta reais), que corresponde ao valor mensal de R\$5.231,67 (cinco mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos);**

4. DA JUSTIFICATIVA.

4.1. A manutenção periódica dos equipamentos de ar condicionado visa cumprir a regulamentação que trata dos padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambiente climatizado artificialmente e, conseqüentemente, preservar a saúde, a segurança, o bem-estar e o conforto dos usuários dos ambientes do CRECI/PR.

4.2. Além disso, tem por finalidade assegurar o perfeito funcionamento, a higienização e a conservação dos equipamentos e permitir a sua ágil e eficiente manutenção na hipótese de parada inesperada, com o melhor preço.

5. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA.

5.1. O objeto deverá ser executado nos prazos e locais indicados no Capítulo II deste Termo de Referência.



5.2. Os relatórios de serviço deverão ser entregues na Sede do CRECI/PR, localizada na Rua General Carneiro, nº814 – Centro – CEP: 80.060-150, Curitiba – PR ou ainda por e-mail para licitacoes@crecipr.gov.br.

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

- 6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de **01 de dezembro de 2020. Todavia, considerando tratar-se de serviços continuados**, poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do CRECI/PR e de acordo com a legislação em vigor.
- 6.2. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, os valores a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído da Licitante Contratada, por meio da aplicação do percentual acumulado no período, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

7. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO.

- 7.1. Regime de execução: empreitada por preço global;
- 7.2. Adjudicação: menor preço global por item.

8. DO PAGAMENTO.

- 8.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 07 (sete) dias úteis após a execução e aceite do objeto, ocasião em que deverá ser emitido o respectivo documento fiscal, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação.
- 8.2. A respectiva nota fiscal deverá ser encaminhada mensalmente para o e-mail: financeiro@crecipr.gov.br
- 8.3. Deve ser observado que, além da comprovação da regularidade junto à CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais da Licitante Contratada, e ser apresentado o relatório de serviços prestados.

9. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Rubrica nº 6.3.1.3.04.01.030 – Conta: Manutenção e conservação de bens imóveis.

10. DA FISCALIZAÇÃO.

- 10.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 40 da IN nº 05 do MPOG, por uma equipe composta de servidores designados para as atividades de gestão e



fiscalizações técnica, administrativa, setorial e público usuário, nomeados por ocasião da emissão do respectivo contrato. Os servidores que compõem a equipe de gestão e fiscalização poderão ainda ser assessorados por prepostos expressamente indicados, todos podendo ser substituídos conforme conveniência e oportunidade da Administração.

- 10.2.** A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do CRECI/PR, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

11. DAS SANÇÕES.

- 11.1.** A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão da CONTRATADA relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, respectivos decretos regulamentadores e neste instrumento, bem como facultará à Administração a exigir perdas e danos nos termos dos artigos 402 a 405 do Código Civil, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:
- 11.2.** Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do CRECI/PR, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- 11.3.** Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total do Contrato, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo constantes da alínea seguinte;
- 11.4.** Impedimento de licitar e contratar com a União e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme os seguintes parâmetros, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais:

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor total do contrato)	Impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF	
		Mínimo	Máximo
01	0,2 %	Não aplicável	01 mês
02	2 %	01 mês	01 ano
03	5 %	03 meses	02 anos
04	10 %	06 meses	03 anos
05	15 %	02 anos	05 anos



TABELA 2			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
01	Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto;	02	Por empregado em cada ocorrência
02	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;	03	Por ocorrência
03	Destruir ou danificar documentos, informações, dependências e/ou equipamentos do CRECI/PR que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus agentes;	04	Por ocorrência
04	Utilizar as dependências, informações, documentos, equipamentos e/ou demais facilidades do CRECI/PR para fins diversos do objeto ou sem autorização formal;	04	Por ocorrência
05	Não executar ou executar com falha serviço e/ou fornecimento previsto, sem motivo justificado;	03	Por ocorrência
06	Permitir situação que origine a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais;	05	Por ocorrência
07	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	02	Por empregado em cada ocorrência
08	Não cumprir horário ou prazo estabelecido, ou ainda solicitação decorrente;	02	Por ocorrência
09	Não cumprir determinação formal da fiscalização, inclusive instrução complementar;	02	Por ocorrência
10	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária;	01	Por dia em cada ocorrência
11	Não cumprir legislação (legal ou infralegal), ou ainda norma técnica inerente à execução do objeto;	03	Por lei ou normativo Em cada ocorrência
12	Não manter as suas condições de habilitação;	02	Por ocorrência
13	Alterar ou não prestar informação quanto à qualidade, quantidade ou composição de qualquer componente do objeto;	03	Por ocorrência
14	Atrasar a entrega, o início ou o término da prestação de serviços;	01	Por dia em cada ocorrência
15	Apresentar documentação e/ou informação falsa; fraudar a execução da obrigação assumida; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;	05	Por ocorrência



16	Retardar ou falhar a execução da obrigação assumida, bem como para as demais falhas na execução não especificadas nos itens anteriores.	03	Por ocorrência
----	---	----	----------------

12. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da prestação dos serviços, de forma injustificada, por mais de 30 (trinta) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano e máximo de 03 (três) anos, e uma multa no valor de 15% (quinze por cento) da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

12.1. Também será considerada inexecução parcial do objeto nos casos em que a CONTRATADA se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, ocasião em que se originará a rescisão por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3	
Grau da infração	Quantidade de Infrações
01	07 ou mais
02	06 ou mais
03	05 ou mais
04	04 ou mais
05	02 ou mais

13. Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:

13.1. 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;

13.2. 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

14. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 05 (cinco) anos, ocasião em que também incidirá multa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato quando:

14.1. Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 30 (trinta) dias;

14.2. O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.

15. As sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar com a União, esta última com o consequente descredenciamento do SICAF, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.



16. O CRECI/PR observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao CRECI/PR ou a terceiros.
17. Na aplicação das sanções o CRECI/PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.
18. Na hipótese de a CONTRATADA não possuir valor a receber do CRECI/PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do CRECI/PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.
19. O CRECI/PR, cumulativamente, poderá:
 - 19.1. Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
 - 19.2. Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, independentemente de notificação extrajudicial.
20. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
21. O pagamento de eventual multa não exime a CONTRATADA de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao CRECI/PR.
22. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro da CONTRATADA junto ao SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
23. **DA ELABORAÇÃO E DA APROVAÇÃO.**
 - 23.1. Este Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de licitações/Compras e revisado pela Coordenadoria administrativa e T.I. do CRECI/PR, nos servidores a seguir identificados, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração.

À consideração e aprovação da Presidência.

Curitiba, 09 de novembro de 2020.



ORIGINAL ASSINADO

Marcelo Miranda
Coordenador de Licitações e compras

T.I.

ORIGINAL ASSINADO

Gean Anderson Silva
Coordenador Administrativo e

Despacho do Ordenador de Despesas:

Com fundamento na Lei nº 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, APROVO este Termo de Referência.

Curitiba, em 10/11/2020.

ORIGINAL ASSINADO

LUIZ CELSO CASTEGNARO
Presidente



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1 - DA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão social:

CNPJ: *e-mail:* Telefone: () *homepage:*

Endereço: CEP: Cidade: Estado:

Pessoa de contato: RG: CPF:

Cargo: Telefone: () Celular: () *e-mail:*

Dados bancários para pagamento: Banco: Agência: Operação: Conta
:

Representante legal que assinará o Contrato: RG: CPF: e-mail:

2 - DOS PREÇOS

Item 1 - Único: Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionados instalados na NOVA SEDE da cidade de Curitiba/PR:

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado de expansão direta, instalado na nova sede do CRECI/PR, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I, do edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	VALOR MENSAL	R\$
	VALOR ANUAL (12 MESES)	R\$

Prazo de execução do objeto: conforme o Termo de Referência.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Obs.: No valor proposto deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, etc., que eventualmente incidam sobre a execução do objeto; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da Licitante Contratada, de forma que o valor seja a única remuneração pela execução do objeto.

3 - DO PROFISSIONAL HABILITADO

O Profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que será designado como responsável técnico pela execução do objeto: Engenheiro Mecânico: _____, CREA n° _____.

(local e data)

(representante legal)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 6ª REGIÃO – PARANÁ – CRECI/PR, Autarquia Federal, instituída nos termos da Lei 6.530 de 12 de maio de 1978, dotado de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 76.693.910/0001-69, com sede à rua General Carneiro, nº814 – Centro – CEP: 80.060-150 – Curitiba/PR, neste ato representado por seu Presidente, Sr..... _____, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, doravante denominado simplesmente CRECI/PR, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)

_____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, a seguir denominada CONTRATADA, celebram este Contrato para a prestação de serviços de manutenção em equipamentos ___ e centrais ___ de ar condicionado, que se regerá pelas Leis n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, e as seguintes cláusulas, originadas por meio do Edital de Licitação n.º ___/___ – Pregão Eletrônico n.º ___/2020, conforme Ordenação de Despesas n.º ___/___, que autorizou sua lavratura, vinculado aos autos do processo n.º _____, sendo aplicadas nos casos omissos as normas gerais de direito público, notadamente as do art. 37 da Constituição Federal, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO.

- 1.1. Item 01 - Único: Manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos instalados na nova sede do CRECI/PR na cidade CURITIBA-PR.
- 1.2. Endereço para manutenção dos equipamentos de ar condicionados: Rua General Carneiro, nº 814 - Centro, CEP 80.060-150 – Curitiba/PR.
- 1.3. Equipamentos: O sistema instalado na nova sede do CRECI/PR é de expansão direta, com a utilização de equipamentos com volume de refrigerante variável – VRF, para controle de capacidade, possuindo ciclo reverso para aquecimento, constituído de unidades condensadoras, situadas em área externa ou cobertura, dotada de boa ventilação natural, interligadas às unidades evaporadoras, dos tipos cassete e dutado de alta pressão, através de tubulações de cobre.
 - a) A alimentação de energia dos condensadores é de 220V/3F/60Hz e dos evaporadores é de 220V/1F/60Hz é independente;
 - b) O gás refrigerante utilizado é o R410A, que não agride a camada de ozônio e atende as mais exigentes normas de proteção ao meio ambiente;
 - c) Para o ambiente de T.I. do CRECI/PR, considerar 2 (dois) sistemas de Split individuais do tipo “hi wall”, com alimentação elétrica, feita através da unidade externa em 220V/2F/60Hz. Para estes sistemas, o gás refrigerante também deverá ser o R410A;
 - d) Relação dos equipamentos da Marca – LG:



AR CONDICIONADO – MARCA LG		Unidade	Quantidade
TÉRREO	Unidade Externa VRV Inverter - 26 HP	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 12.600 Btu/h	PÇ	3
	Unidade Interna VRV Tipo Piso Teto - 39.600 Btu/h	PÇ	3
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 24.900 Btu/h	PÇ	3
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Externa Split - 12.000 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Interna tipo Hiwall Split - 12.000 Btu/h	PÇ	2
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 210m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 310m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 320m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 340m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 435m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
2º e 3º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 580m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 855m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	2
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 740m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 830m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	2
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 1.050m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 1.720m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Unidade Externa VRV Inverter - 20 HP	PÇ	2
	Unidade Externa VRV Inverter - 22 HP	PÇ	2
	Unidade Externa VRV Inverter - 28 HP	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Duto Média Pressão - 49.500 Btu/h	PÇ	4
	Unidade Interna VRV Tipo Duto Média Pressão - 57.000 Btu/h	PÇ	5
Unidade Interna VRV Tipo Duto Alta Pressão - 98.300 Btu/h	PÇ	1	
4º e 5º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 760m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 835m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 7.800 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 9.900 Btu/h	PÇ	2



	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 12.600 Btu/h	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 16.000 Btu/h	PÇ	6
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 19.800 Btu/h	PÇ	5
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	3
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 49.500 Btu/h	PÇ	2
6º e 7º Pavimento	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 465m³/h com caixa de filtragem F5 e veneziana	PÇ	1
	Ventilador Centrifugo em Linha Vazão: 810m³/h com caixa de filtragem F5 e Gveneziana	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 9.900 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 16.000 Btu/h	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Hiwall - 24.900 Btu/h	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Piso Teto - 24.900 Btu/h	PÇ	4
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 19.800 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 24.900 Btu/h	PÇ	1
	Unidade Interna VRV Tipo Cassete "Rond Flow" - 39.600 Btu/h	PÇ	1
	Unidade Externa Split - 42.000 Btu/h	PÇ	2
	Unidade Interna tipo Cassete Split - 42.000 Btu/h	PÇ	2

- 1.4.** A execução do objeto incluirá a manutenção de equipamentos e centrais de ar condicionado, e ainda os dutos de distribuição.
- 1.5.** Os serviços a serem prestados compreenderão a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.
- a) A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.
- b) A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos com o conserto e reparação dos equipamentos e seus sistemas, inclusive substituições necessárias de partes ou peças com defeitos ou gastas pelo uso regular.
- 1.6.** Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos nos respectivos Planos de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, mediante 1 (uma) visita mensal obrigatória.
- a) O PMOC global deve ser elaborado pela Contratada e apresentado à fiscalização antes do início da execução dos serviços.
- b) O PMOC de rotina e os relatórios mensais devem ser assinados pelo responsável técnico antes de seu encaminhamento à fiscalização.
- 1.7.** Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados, preferencialmente, na primeira quinzena de cada mês, em até três dias úteis, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no horário das 9h00min às 17h00min, mediante agendamento prévio. O agendamento visa garantir que haverá funcionário do CRECI/PR no local para atendimento à equipe técnica.



- 1.8. A Licitante Contratada deverá atender todas as chamadas de emergência que se fizerem necessárias durante o horário comercial, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas da solicitação.
- 1.9. Deve ser elaborado pela Licitante Contratada o laudo de análise da qualidade do ar, com periodicidade anual, considerando o mínimo de cinco pontos de coletas na Sede.
- 1.10. Os serviços prestados deverão ser executados em conformidade com a **Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.523, de 28 de agosto de 1998; Resolução – RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;** norma ABNT NBR 16401:2008 (Instalações de ar condicionado – sistemas centrais e unitários parte 3: qualidade do ar interior); norma ABNT NBR 14679:2012 (Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de serviços de higienização); norma ABNT NBR 13971:2014 (Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – manutenção programada); e prescrições e recomendações dos fabricantes, nos quais deverão estar inclusos os seguintes **serviços mensais mínimos**:

Item	CONDICIONADORES VRF
	Identif. conjunto/componente/atividade
1	Ventiladores
1.1	Verificar e corrigir limpeza (carcaça e rotor) e fixação do conjunto.
1.2	Verificar e corrigir vibrações, ruídos anormais e aquecimento anormal dos mancais.
1.3	Limpar sistema de drenagem.
1.4	Verificar e corrigir o estado de amortecedores de vibração.
2	Motores Elétricos
2.1	Verificar e corrigir a fixação e a existência de sujeiras, danos e corrosão.
2.2	Verificar e corrigir vibrações e ruídos anormais.
3	Filtros Secos
3.1	Verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão
3.2	Verificar e corrigir frestas dos filtros.
3.3	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura.
3.4	Limpar o elemento filtrante trocando se necessário.
4	Gabinete
4.1	Verificar e corrigir a existência de sujeira, danos e corrosão.
4.2	Verificar e corrigir a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.
4.3	Verificar e corrigir o estado de conservação do isolamento termo-acústico.
5	Evaporadores (Refrigerante / Ar)
5.1	Verificar e corrigir sujeiras, danos e corrosão na moldura da serpentina e na bandeja. Lavar a bandeja e serpentina com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos.
5.2	Verificar e corrigir a existência de agentes que prejudiquem a troca de calor
5.3	Limpar as superfícies do lado ar.
5.4	Verificar e corrigir a operação de drenagem de água da bandeja.
5.5	Verificar e corrigir a existência de vazamentos internos e externos
6	Condensadores (ar)
6.1	Verificar e corrigir a existência de agentes prejudiciais a troca térmica
6.2	Limpar as superfícies de troca de calor.
6.3	Verificar e corrigir o fluxo de ar.
6.4	Verificar e corrigir vazamentos internos e externos
7	Compressores
7.1	Verificar e corrigir a existência de sujeiras, danos e corrosão.
7.2	Verificar e corrigir a fixação e a existência de vibrações ou ruídos anormais.
7.3	Verificar e corrigir o aterramento.
7.4	Verificar e corrigir o funcionamento das válvulas de serviço.
7.5	Verificar e corrigir o funcionamento dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta, baixa, óleo).
8	Circuito Refrigerante
8.1	Verificar e corrigir a fixação, danos e a corrosão nas tubulações.



CONDICIONADORES VRF	
Item	Identif. conjunto/componente/atividade
8.2	Verificar e corrigir a existência de danos no isolamento térmico.
8.3	Verificar e corrigir a existência de danos nos compensadores de vibração.
8.4	Verificar e corrigir queda de pressão no filtro secador.
8.5	Verificar e corrigir vazamento de gás.
9	Painéis Elétricos e Eletrônicos
9.1	Verificar a instalação quanto as suas condições, existências de sujeiras, danos e corrosão.
9.2	Limpar os elementos e eliminar os pontos de corrosão.
9.3	Verificar e corrigir o funcionamento e fixação dos componentes eletromecânicos (fusíveis, botoeiras, lâmpadas de sinalização, contatos de contadoras, capacitores), terminais, conexões, cabos, barramentos, sistema de aterramento, reapertando.
9.4	Verificar e corrigir a atuação do sistema de partida e intertravamentos
9.5	Verificar e corrigir, regulando os elementos de proteção (relês), operação e controle, conforme as condições de referências.
9.6	Verificar e corrigir o funcionamento dos alarmes visuais e sonoros, e operação no modo manual, automático e remoto.
9.7	Medir e registrar tensão
9.8	Medir e registrar corrente

- 1.11.** A limpeza robotizada (interna e externa) e desinfecção (interna) de todos os dutos de ar condicionado das centrais devem ser realizadas anualmente pela Licitante Contratada.
- 1.12.** No caso de necessidade de retirada do equipamento para a realização da manutenção, a Licitante Contratada deverá passar orçamento prévio das intervenções necessárias (incluindo os serviços da área civil, como por exemplo, substituição de forro de gesso, etc).
- 1.13.** Após a realização de cada serviço, a Licitante Contratada deverá elaborar e entregar ao CRECI/PR **os relatórios técnicos dos equipamentos inspecionados, por meio do preenchimento do PMOC de cada aparelho**, detalhando o estado operacional de cada equipamento e, se necessário, fornecerá orientação técnica em linguagem clara e de fácil compreensão.
- 1.14.** A Licitante Contratada deverá executar o objeto por meio de pessoal técnico devidamente qualificado, uniformizado e identificado.
- 1.15.** A Licitante Contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes e equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a execução do objeto.
- 1.16.** A Licitante Contratada deverá disponibilizar o material de consumo e limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos.
- 1.17.** A Licitante Contratada também deverá fornecer, sem custos adicionais, o seguinte material de reposição: **fusíveis, relés de proteção, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gases refrigerantes, tubos isolantes blindados, fita PVC para acabamento, filtros e circuitos de controle de temperatura e pilhas**. Desse modo, a Licitante Contratada deverá considerar na sua proposta de preço os correspondentes custos.
- 1.18.** Quando houver a necessidade de substituição de peças fornecidas à parte, **será necessário o envio de orçamento para prévia autorização do CRECI/PR**. Não serão aceitas peças usadas e/ou recondicionadas, ou seja, as peças deverão ser novas e genuínas. As peças usadas deverão ter o descarte adequado.
- 1.19.** São responsabilidades da Licitante Adjudicatária, além daquelas já expressamente



definidas nas demais condições deste instrumento:

- a) Cumprir a legislação e as normas técnicas, inclusive da ABNT, inerentes à execução do objeto e a sua atividade;
- b) Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;
- c) Cumprir os prazos para a execução do objeto;
- d) Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
- e) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CRECI/PR em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obriga a se manifestar e a atender prontamente;
- f) Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
- g) Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva;
- h) Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) Substituir, sempre que exigido pelo CRECI/PR e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;
- j) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes;
- k) Assumir:
 - i. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;
 - ii. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CRECI/PR;
 - iii. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CRECI/PR;
 - iv. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;



- v. Todos os eventuais danos causados diretamente ao CRECI/PR, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;
 - vi. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do CRECI/PR;
 - vii. Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CRECI/PR isento de qualquer vínculo empregatício.
 - viii. Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao CRECI/PR e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.
- l) Indicar e manter o seu representante junto ao CRECI/PR, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto;
 - m) Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CRECI/PR a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
 - n) Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CRECI/PR, apresentando cópia à fiscalização deste instrumento;
 - o) Não contratar para atuar na execução do objeto servidor pertencente ao quadro de pessoal do CRECI/PR, ou terceiro que já lhe preste serviços;
 - p) Manter atualizado o banco de dados dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do CRECI/PR, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;
 - q) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CRECI/PR, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso;
 - r) Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considerado como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento;
 - s) Executar o objeto com esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for



- impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para a o CRECI/PR;
- t) Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do CRECI/PR;
 - u) Comunicar ao Fiscal do Contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do CRECI/PR;
 - v) Não utilizar o nome e/ou logomarca do CRECI/PR em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;
 - w) Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do CRECI/PR que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto;
 - x) Racionalizar, para os casos possíveis, o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações;
 - y) Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo CRECI/PR, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
 - z) Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, ou a qualquer momento, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto;
 - aa) Empregar profissionais preparados e habilitados para o desempenho das funções, bem como mantê-los devidamente uniformizados e identificados por crachás quando exercendo atividades nas dependências do CRECI/PR;
 - bb) Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao CRECI/PR eventuais anormalidades;
 - cc) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento junto ao CRECI/PR sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
 - dd) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CRECI/PR por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao CRECI/PR se reserva ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo na aplicação de eventuais penalidades;
 - ee) Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados quando em serviço nas instalações do CRECI/PR, acidentados ou com mal súbito, inclusive em casos emergenciais;
 - ff) Comprovar o(s) registro(s) do(s) respectivo(s) documento(s) de responsabilidade técnica, bem como informar imediatamente o CRECI/PR na



hipótese de alteração do seu responsável técnico;

- gg) Manter o seu registro regular, bem como de um responsável técnico habilitado, perante o CRECI/PR;
- hh) Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

1.20. Quanto à execução do objeto, são responsabilidades do CRECI/PR:

- a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a sua execução por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- b) Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com o objeto, inclusive na hipótese de execução por terceiros sem autorização;
- c) Notificar a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, se for o caso;
- d) Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados;
- e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas;
- f) Efetuar os pagamentos após a execução do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos;
- g) Proporcionar os meios necessários ao cumprimento das obrigações dentro das normas e condições pactuadas;
- h) Permitir o livre acesso dos empregados da Licitante Contratada às suas dependências para execução dos serviços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

- 2.1.** Pela execução do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, o CRECI/PR pagará a CONTRATADA o valor total de R\$, através de pagamentos mensais de R\$_____ para um período de 12 (doze) meses.

§1º. O objeto deverá ser executado pela CONTRATADA, conforme Cláusula Primeira deste instrumento. Mensalmente deverá ser emitido o respectivo documento fiscal para o e-mail: financeiro@crecipr.gov.br com cópia para licitacoes@crecipr.gov.br, contendo expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação, observado que:

- a) O pagamento do objeto será efetuado mensalmente em até 07 (sete) dias úteis, contados da data de aceite do objeto, por meio de depósito junto ao Banco n.º....., Agência n.º... Conta Corrente n.º....., em nome da CONTRATADA, ou neste mesmo prazo, o CRECI/PR devolverá à CONTRATADA o documento fiscal e anexos, por incompatibilidade entre o requerido e o efetivamente executado.
- b) Por ocasião do protocolo do documento fiscal a CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela CEF e a



Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. Deverá, ainda, apresentar a comprovação da manutenção da sua regularidade quanto aos débitos trabalhistas e tributos estaduais e municipais.

- c) A comprovação da regularidade da CONTRATADA prevista na alínea anterior poderá ser efetuada pelo próprio CRECI/PR, desde que possível a sua confirmação mediante simples diligência aos respectivos endereços eletrônicos. Na impossibilidade de obtenção pelo CRECI/PR, via internet, de qualquer das comprovações indicadas, caberá exclusivamente à CONTRATADA tal providência.
- d) Deverá acompanhar junto o documento fiscal o **relatório de serviços prestados**.
- e) A emissão do Documento Fiscal deverá considerar o local da execução do objeto, especialmente para fins de recolhimento dos impostos e demais taxas e contribuições decorrentes. Para tanto, devem ser informados no referido Documento Fiscal o seguinte CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica nº **76.693.910/0001-69 – Conselho regional de corretores de imóveis do Paraná – CRECI/PR**.
- f) Ao efetuar o pagamento, serão retidos os tributos e encargos que a Lei assim determinar, dentre eles o imposto de renda e as contribuições previstas no *caput* do art. 64 da Lei n.º 9.430/96, salvo para as empresas comprovadamente enquadradas nas exceções predefinidas e normatizadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

§2º. Qualquer irregularidade no documento fiscal, ou nos documentos que devem seguir em anexo, que comprometa a liquidação da obrigação, obrigará a apresentação de novo documento e nova contagem do prazo para pagamento. Neste sentido, a ausência da comprovação exigida na alínea “c” do parágrafo anterior não dará origem à retenção de pagamento, mas sim a comunicação ao órgão competente da existência de crédito em favor da CONTRATADA, para que este tome as medidas adequadas, sem prejuízo a rescisão deste instrumento por imperativo do art. 55, XIII, combinado com o art. 78, I, ambos da Lei n.º 8.666/93.

§3º. Cabe exclusivamente à CONTRATADA emitir e entregar no CRECI/PR, mediante protocolo, a primeira via do documento fiscal referente à execução do objeto, independentemente de a CONTRATADA possuir e adotar qualquer tipo de sistema eletrônico de faturamento.

§4º. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

- a) Recebimento provisório: será lavrado mensalmente e na data da entrega do respectivo Documento Fiscal de acordo com o disposto no art. 73, I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do objeto, nem do respectivo faturamento;
- b) Recebimento definitivo: será lavrado em até 90 (noventa) dias do encerramento da vigência contratual, de acordo com o disposto no art. 73, I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, compreendendo a aceitação do objeto, segundo a quantidade, características e especificações técnicas contratadas;
- c) Certificação: será lavrada no mesmo prazo do “Recebimento Definitivo”, e compreende a execução do objeto, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento



das demais obrigações contratualmente previstas;

- d) Não sendo o caso de Termo Circunstanciado, o "Recibo" supre os efeitos do "Recebimento Provisório" e a "Certificação" supre os efeitos do "Recebimento Definitivo";
- e) O não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para a "Certificação" implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

§5º. O CRECI/PR não se responsabilizará por quaisquer obrigações não previstas neste instrumento nem fará adiantamentos de valores à CONTRATADA, seja de que natureza for, nem arcará com despesas operacionais ou administrativas que sejam realizadas pela CONTRATADA na execução do objeto contratado.

§6º. Desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma, o eventual e imotivado não pagamento por parte do CRECI/PR ensejará encargos moratórios entre as datas de vencimento e do efetivo pagamento do Documento Fiscal, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

§7º. Nos valores constantes do *caput* estão incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, dentre outras, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto; ou, ainda, despesas com transporte, hospedagem ou alimentação, que correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, de forma que os valores indicados sejam a única remuneração pela execução do objeto.

§8º. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, os valores a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído da CONTRATADA, por meio da aplicação do percentual acumulado no período, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, podendo, conforme o caso, se proceder mediante simples apostila, nos termos do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1. Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de 01 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do CRECI/PR e de acordo com a legislação em vigor.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL



- 4.1.** Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, foi decidido pela autoridade competente, que não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

- 5.1.** O CRECI/PR poderá rescindir este Contrato por ato unilateral motivado, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei n.º 8.666/93, sendo garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

- 6.1.** A CONTRATADA é responsável, com exclusividade, pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do objeto, bem assim, qualquer eventual indenização que decorra da relação laboral, inclusive em casos de morte, lesões corporais e/ou psíquicas, que impliquem ou não em impossibilidade do trabalho do empregado, ocorridas na persecução do objeto.

§1º. A CONTRATADA é a única responsável pela contratação dos empregados com qualidades específicas, e habilitados na forma lei, para execução do objeto ora contratado, sendo a única empregadora para todos os efeitos legais.

§2º. Nenhum vínculo empregatício, sob hipótese alguma, se estabelecerá entre o CRECI/PR e os empregados da CONTRATADA, que responderá por toda e qualquer Ação Judicial por eles proposta, originada na execução do objeto deste instrumento.

§3º. A CONTRATADA reconhecerá como seu débito líquido e certo, o valor que for apurado em Execução de Sentença em Processo Trabalhista, ajuizado por seu ex-empregado, ou no valor que for ajustado entre o CRECI/PR e o reclamante, na hipótese de acordo efetuado nos Autos do Processo Trabalhista.

§4º. A inadimplência da CONTRATADA, relativa aos encargos indicados no *caput* desta Cláusula, não transfere automaticamente a responsabilidade por seu pagamento ao CRECI/PR, nem poderá desonerar o objeto, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CRECI/PR.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

- 7.1.** A inexecução parcial ou total do objeto ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatada a ação ou a omissão da CONTRATADA relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, respectivos decretos regulamentadores e neste instrumento, bem como facultará à Administração a exigir perdas e danos nos termos dos artigos 402 a 405 do Código Civil, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

- a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do CRECI/PR, a critério da Fiscalização, desde



- que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total do Contrato, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo constantes da alínea seguinte;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme os seguintes parâmetros, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais:

TABELA 1			
Grau da Infração	Base de cálculo		
	Multa (incidente sobre o valor total do contrato)	Impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF	
		Mínimo	Máximo
1	0,2 %	Não aplicável	1 mês
2	2 %	1 mês	1 ano
3	5 %	3 meses	2 anos
4	10 %	6 meses	3 anos
5	15 %	2 anos	5 anos

TABELA 2			
Item	Tipificação	Grau da Infração	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto;	2	Por empregado em cada ocorrência
2	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;	3	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos, informações, dependências e/ou equipamentos do CRECI/PR que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus agentes;	4	Por ocorrência
4	Utilizar as dependências, informações, documentos, equipamentos e/ou demais facilidades do CRECI/PR para fins diversos do objeto ou sem autorização formal;	4	Por ocorrência
5	Não executar ou executar com falha serviço e/ou fornecimento previsto, sem motivo justificado;	3	Por ocorrência
6	Permitir situação que origine a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais;	5	Por ocorrência



7	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	2	Por empregado em cada Ocorrência
8	Não cumprir horário ou prazo estabelecido, ou ainda solicitação decorrente;	2	Por ocorrência
9	Não cumprir determinação formal da fiscalização, inclusive instrução complementar;	2	Por ocorrência
10	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária;	1	Por dia em cada ocorrência
11	Não cumprir legislação (legal ou infralegal), ou ainda norma técnica inerente à execução do objeto;	3	Por lei ou normativo em cada ocorrência
12	Não manter as suas condições de habilitação;	2	Por ocorrência
13	Alterar ou não prestar informação quanto à qualidade, quantidade ou composição de qualquer componente do objeto;	3	Por ocorrência
14	Atrasar a entrega, o início ou o término da prestação de serviços;	1	Por dia em cada Ocorrência
15	Apresentar documentação e/ou informação falsa; fraudar a execução da obrigação assumida; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;	5	Por ocorrência
16	Retardar ou falhar a execução da obrigação assumida, bem como para as demais falhas na execução não especificadas nos itens anteriores.	3	Por ocorrência

§1º. Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo à rescisão por inadimplência, quando houver paralisação da prestação dos serviços, de forma injustificada, por mais de 30 (trinta) dias ininterruptos, ocasião que dará origem a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano e máximo de 03 (três) anos, e uma multa no valor de 15% (quinze por cento) da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

§2º. Também será considerada inexecução parcial do objeto nos casos em que a CONTRATADA se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, ocasião em que se originará a rescisão por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3	
Grau da infração	Quantidade de Infrações
1	7 ou mais
2	6 ou mais



3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	2 ou mais

§3º. Incidir-se-ão percentuais de multa por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:

- a) 10% (dez por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 60 (sessenta) dias;
- b) 5% (cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

§4º. Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos à rescisão por inadimplência e aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 05 (cinco) anos, ocasião em que também incidirá multa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato quando:

- a) Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 30 (trinta) dias;
- b) O objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender às especificações deste instrumento.

§5º. As sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar com a União, esta última com o consequente descredenciamento do SICAF, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa, e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

§6º. O CRECI/PR observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao CRECI/PR ou a terceiros.

§7º. Na aplicação das sanções o CRECI/PR considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, mesmo que parcialmente, se admitidas as suas justificativas.

§8º. Na hipótese de a CONTRATADA não possuir valor a receber do CRECI/PR e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do CRECI/PR, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

§9º. O CRECI/PR, cumulativamente, poderá:

- a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
- b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente



do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, independentemente de notificação extrajudicial.

§10. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§11. O pagamento de eventual multa não exime a CONTRATADA de corrigir os danos que a sua conduta, seja por ação ou omissão, de seus prepostos, ou ainda de terceiros, autorizados ou não, tenham provocado ao CRECI/PR.

§12. As multas e demais penalidades eventualmente aplicadas serão registradas, se for o caso, no cadastro da CONTRATADA junto ao SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

8. CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, sem a concordância prévia e formal do CRECI/PR, os direitos e/ou obrigações assumidas por meio deste Contrato.

§1º. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto, sob a pena de rescisão deste instrumento e aplicação das sanções previstas para inadimplência parcial ou total, conforme o caso, a ser determinada de acordo com a parcela do objeto já executada e aceita pelo CRECI/PR.

§2º. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser prontamente comunicadas ao CRECI/PR, visando que este delibere, motivadamente, sobre a possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial para tanto, que seja comprovado o atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou este instrumento. A eventual não manutenção das condições de habilitação motivará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo a aplicação das sanções indicadas no parágrafo anterior.

§3º. A pessoa, física ou jurídica, que venha eventualmente a ser subcontratada após aprovação formal do CRECI/PR, deverá atender no mínimo, às seguintes exigências:

- a) Não haver sido declarada suspensão do direito de licitar ou declarada inidônea perante o CRECI/PR ou na esfera da União;
- b) Não haver sido declarada a sua falência.
- c) Estar regular no recolhimento de tributos e contribuições perante todas as esferas governamentais;
- d) Estar regularmente registrada perante o seu conselho profissional competente, se for o caso.

§4º. A CONTRATADA se declara ciente de ser a única responsável pela eventual execução do objeto por suas subcontratadas, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas.

§5º. A inobservância das disposições previstas nesta cláusula assegura ao CRECI/PR o direito de rescisão contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades descritas neste instrumento, bem como na legislação.



9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato, conforme determina o Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, ficam investidos das respectivas responsabilidades os servidores a seguir descritos, que poderão ser assessorados por outros prepostos nomeados oportunamente:

- a) Gestor: nome, matrícula, cargo, função;
- b) Fiscal do contrato: nome, matrícula, cargo, função;

§1º. O CRECI/PR poderá, no decorrer do Contrato, alterar quaisquer dos agentes nomeados por força do *caput*, ocasião em que a CONTRATADA será notificada.

§2º. A CONTRATADA se sujeitará à inspeção do objeto fornecido, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do CRECI/PR, quer seja exercida pelo próprio CRECI/PR ou pessoa por este designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos e comunicações julgadas necessárias à execução do objeto.

§3º. O acompanhamento, fiscalização e controle efetuados pelo CRECI/PR ou pessoa por ele designada não exime a CONTRATADA da responsabilidade exclusiva pela execução do objeto.

§8º. O acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo do CRECI/PR e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE

10.1. A CONTRATADA admite e reconhece ao CRECI/PR, o direito de controle administrativo deste Contrato, sempre que assim exigir o interesse público.

§1º. Compreende-se como controle administrativo o direito de o CRECI/PR supervisionar, acompanhar, fiscalizar a sua execução, a fim de assegurar a fiel observância das suas especificações e a realização do seu objeto, inclusive quanto aos aspectos técnicos.

§2º. Na hipótese de ser constatada alguma divergência nas especificações deste instrumento durante a execução do objeto, a CONTRATADA deverá, imediatamente e formalmente, solicitar esclarecimentos ao CRECI/PR. O objeto executado de maneira incorreta será corrigido pela CONTRATADA sem quaisquer ônus para o CRECI/PR e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As dúvidas na execução dos termos aqui estabelecidos, que modifiquem ou alterem sua substância, serão objetos de novos acordos consubstanciados em aditivos a este Contrato. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se atendida à legislação em vigor, tomada expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

§1º. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas para a sua contratação.

§2º. A CONTRATADA indica como seu/sua representante junto ao CRECI/PR o(a) Sr.(a) __, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º __, telefone fixo n.º _____, celular n.º ____, *e-mail* _____, que durante o período de vigência do Contrato, será a pessoa a quem o CRECI/PR recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução de eventuais pendências ou falhas que porventura venham a surgir durante a execução do objeto. Cabe à CONTRATADA comunicar ao CRECI/PR formalmente na hipótese de eventual alteração do(a) representante aqui nomeado(a).

§3º. A CONTRATADA se declara ciente de que a violação das obrigações assumidas nos termos deste Contrato implica em sua responsabilização civil e criminal por seus atos e omissões, e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de terceiros, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, devendo, tão logo constate a incidência das exceções indicadas, também sob pena de responsabilidade, comunicar de imediato ao CRECI/PR.

§4º. A CONTRATADA se declara ciente de que é a única responsável pela execução do objeto, incidindo sobre ela a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independentemente dos atos e/ou omissões de eventual preposto.

§5º. Reserva-se ao CRECI/PR o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber somente os valores referentes à execução efetivamente recebida pelo CRECI/PR.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A presente despesa correrá à rubrica n° 6.3.1.3.04.01.030 – Conta: Manutenção e conservação de bens imóveis, consignada em orçamento próprio do CRECI/PR.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para solução de qualquer pendência ou dúvida resultante deste instrumento.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor, prometendo fazê-lo válido para todos os fins de direito. Assinam também o presente contrato as duas testemunhas abaixo.



CRECI 6ª REGIÃO · PR

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

Departamento de Licitações
"A menor ação é melhor que a maior intenção"



Curitiba, de _____ de 2020.

CRECI/PR

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: